

RESULTADO LEGISLATIVO SEMANAL

Semana de 30 de Outubro a 3 de Novembro de 2017

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO

Estava na pauta desta semana o **Veto 29/17** parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 744 de 2015 que "Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS)".

A sessão não ocorreu, pois os deputados federais estavam votando a MP 785 sobre o Fies. A reunião foi remarcada para a próxima terça (07/11) às 19horas.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

O Senado Federal aprovou com emendas o projeto que regulamenta os aplicativos de transporte individual, como Uber e Cabify. Ademais, foram aprovados também textos que dizem respeito a saúde feminina. Um projeto facilita o acesso das mulheres a exames para detectar tumores de mama e útero. O texto vai à sanção presidencial. O outro projeto, que vai passar por turno suplementar de votação, obriga a reconstrução gratuita da mama quando ela é retirada em razão de câncer.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Redação Final da **MP 785/17**, que reformula o Fundo de Financiamento Estudantil, assinada pelo relator, deputado Alex Canziani (PTB/PR). **A matéria vai ao Senado Federal.**



PAUTA NAS COMISSÕES

Senado Federal | CAE | 31 (terça) às 10h, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Foi realizada a audiência pública destinada a prestar esclarecimento sobre: **1)** Providências que o governo está tomando para evitar o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU; **2)** Vetos à Lei nº 13.473/2017 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências” (LDO para 2018), e também sobre o anúncio pelo Governo de alterações das metas fiscais para o ano de 2017 e 2018; **3)** Privatizações anunciadas pelo Governo Federal em 23 de agosto de 2017; e **4)** Economia do Brasil.

O ministro da Fazenda, Henrique Meireles, afirmou que os descadastramentos do Bolsa Família são resultado de auditorias que apontaram fraudes no programa. Sobre a possível volta do Brasil ao Mapa da Fome da ONU, o ministro afirmou que isso é uma consequência da crise provocada pelo governo anterior e que o Governo Federal está tomando providências para criação de empregos e controle da inflação. Em relação à economia, Meireles falou sobre as desonerações tributárias, afirmando que elas são necessárias para que haja impulso na economia, mas que havendo a situação deficitária dos cofres públicos o governo não pode abrir mão de recursos.

Estava presente na audiência o convidado:

Henrique Meireles

Ministro de Estado da Fazenda



EDUCAÇÃO

Câmara dos Deputados | CESP | 31 (terça), às 15h30, Anexo II, Plenário 06

Audiência pública para debater o PL 7180/14, do deputado Erivelton Santana (PEN/BA), que inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

A Coordenadora Russel Teresina ressaltou a necessidade do arquivamento dos projetos que visam a Escola Sem Partido, pois vão contrários à ideia da liberdade de expressão nos espaços públicos. Além disso, afirmou que o projeto não leva em conta a precariedade das condições de trabalho dos docentes.

ESCOLA SEM PARTIDO

A jornalista Ingrid Matuoka afirmou que deve ter sim a participação da família na educação e não se pode retirar ou desmerecer tal ensino, porém é imperativo entender que o aluno possui outras influências educacionais, como a internet e até mesmo outras instituições.

Por fim, o Padre João Carlos Almeida declarou que a neutralidade é impraticável, uma vez que os indivíduos possuem diferentes influências, assim não é entendido que os professores possam ser neutros. Desta forma, menciona que apenas aspirar uma escola sem partido acaba por contestar a realidade, uma vez que os que desejam tal ideal de escola neutra tomam partidos particulares.

(Requerimentos nº 28/17, do deputado Sóstenes (DEM/RJ), 36/17, do deputado Bacelar (PODE/BA), e 38/17, do deputado Flavinho (PSB/SP).





FILANTROPIA

Câmara dos Deputados | CCJC | 30 (segunda), às 16h, Anexo II, Plenário 01

ECONOMIA SOLIDÁRIA

PL 4685/12 – Do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), que cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. **Foi aprovada a redação final do projeto, apresentada pela deputada Maria do Rosário (PT/RS).**

INDÍGENAS

Senado Federal | CDH | 31 (terça), às 10h30, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 06

Foi realizada a audiência pública que debateu as graves violações aos direitos indígenas e quilombolas. Cleber Buzatto chamou a atenção para a vulnerabilidade social em que se encontra a população indígena no país que incluem tentativas de assassinatos, homicídios e autolesões. Gustavo Menezes, por sua vez, abordou sua indignação sobre o apagamento das culturas dos povos indígenas e a sua falta de relevâncias nas escolas. Por fim, Denildo Rodrigues apontou o retrocesso vivido atualmente pelo Brasil e a incapacidade do Estado de reparar danos históricos tanto à população indígena como à população negra.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Estavam presentes os convidados:

Deputado Federal Paulão

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados



Mario Nicácio

Liderança Indígena do povo Wapichana - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

Cleber Buzatto

Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Gustavo Menezes

Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Keyla Thyxaya

Liderança Indígena do povo Pataxó - Integrante do Moitará, grupo de pesquisa em direitos étnicos e mestranda em direito na Universidade de Brasília

Francisco Assis

Deputado do Parlamento Europeu e Presidente da Delegação Mercosul

Denildo Rodrigues de Moraes

Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

(RDH 140/2017 do Senador João Capiberibe – PSB/AP)

**CAUSA
INDIGENISTA**

Senado Federal |CE| 31 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

PRS 36/16 – Foi aprovado o parecer pela aprovação da relatora e agora será analisado pela Comissão Diretora o projeto de autoria do Senador Telmário Mota (PDT/RR) que Altera a Resolução do Senado Federal nº 2/2001 (que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências) para incluir, entre as pessoas





agraciadas, pelo menos 1 (uma) que tenha atuação na causa indigenista. **O parecer da relatora, Senadora Ângela Portela (PDT/RR), é pela aprovação.**

Senado Federal | CE | 31 (terça) às 11h30, Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

TERRITÓRIOS ÉTNICO- EDUCACIONAIS

PLS 737/15 – Foi adiada a deliberação do projeto de autoria do Senador Telmário Mota (PDT/RR) que institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena. **O parecer do relator, Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), é pela aprovação.**

Câmara dos Deputados | CME | 31 (terça), às 9h30, Anexo II, Plenário 14

ENERGIA ELÉTRICA EM TERRAS INDÍGNAS

PL 7813/17 – Do deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), que dispõe sobre a implantação de sistemas de transmissão de energia elétrica em terras indígenas, associados ou não a empreendimento hidrelétrico localizado em terras indígenas. O relatório do relator, deputado Abel Mesquita Jr. (DEM/RR), é pela aprovação. **A matéria foi retirada de pauta a requerimento do autor.**

Câmara dos Deputados | CINDRA | 31 (terça), às 10h30, Anexo II, Plenário 15

TERRAS INDÍGENAS

REQ 180/17 – Do deputado Valadares Filho (PSB/SE), que requer audiência pública para debater a implantação de infraestrutura pelos Estados e Municípios em territórios quilombolas, em unidades de conservação de uso sustentável de domínio público e em terras indígenas. **A matéria foi aprovada por unanimidade.**



MEIO AMBIENTE

Câmara dos Deputados | CDU | 30 (segunda), às 18h, Colégio Brasileiro de Altos Estudos/UFRJ

Mesa de Debates para debater o tema: “**Os donos da terra: regulamentações e desregulamentações fundiárias urbanas, rurais, em territórios tradicionais e na Amazônia**”.

REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA

O objetivo é focar nas consequências advindas da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, antiga MP 759/2016 e nas alternativas possíveis.

O debate não foi transmitido via internet para o acompanhamento.

O Deputado João Daniel (PT/SE) foi convidado para representar a CDU no evento.

Câmara dos Deputados | CINDRA | 31 (terça), às 10h30, Anexo II, Plenário 15

REQ 182/17 – Do deputado Rocha (PSDB/AC), que requer audiência pública para debater a privatização da ELETRONORTE e seus impactos na economia da Região Amazônica. **A matéria não foi deliberada em virtude da ausência do relator.**

REGIÃO AMAZÔNICA

PL 4131/15 – Do deputado Augusto Carvalho (SD/DF), que concede compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas. O relatório do relator, deputado Silas Câmara (PRB/AM), é pela aprovação. **A matéria não foi deliberada em virtude da ausência do relator.**





TRABALHO FORÇADO

Senado Federal | CAS | 01 (quarta) às 9h, Anexo II, Ala
Senador Alexandre Costa, Plenário nº 09

REQUER ESCLARECIMENTOS SOBRE A PORTARIA DO TRABALHO FORÇADO

RAS 137/17 – Foi aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Paulo Rocha (PT/PA), Paulo Paim (PT/RS) e outros que requerem o convite o convite ao Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que “dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998/1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4/2016”, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.

